

ANEXO ÚNICO À PORTARIA 004/2003

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO E REGISTRO DE CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Coordenador de Curso e a Coordenadora de Extensão da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce – FADIVALE, em vista do que preceituam os arts. 5º e 6º da Portaria/Fadivale/004/2003, que regulamenta as atividades complementares do curso de Direito, estabelecem os seguintes critérios quanto à validação de cargas horárias alusivas às referidas atividades:

Art. 1º. A validação das cargas horárias das atividades listadas no art. 2º, II, da Portaria supra-referenciada, dar-se-á do seguinte modo:

I – serão validadas as horas de atividade complementar referentes a seminários, simpósios, congressos, conferências, oficinas jurídicas e cursos de atualização, realizados na FADIVALE ou fora dela, mediante a apresentação, pelo aluno, de certificado regularmente emitido pela entidade promotora, em original ou cópia autenticada, ao máximo de 20 (vinte) horas por evento, e desde que seja o mesmo promovido por instituição de ensino superior ou entidade reconhecidamente idônea;

II – serão validadas as aulas especiais ministradas na FADIVALE, desde que previamente autorizadas pela Coordenação de Curso e mediante a aferição de frequência a se efetivar pelo professor ministrante, fixando-se o limite de 4 (quatro) horas de atividade complementar por aula;

III – a participação em júris simulados conferirá ao aluno o máximo de 4 (quatro) horas de atividade complementar por júri, condicionada a validação à apresentação, pelo aluno, de relatório firmado pelo professor que houver coordenado a atividade.

IV – as horas em atividades de ação social, assim considerada aquela constante de programa governamental ou desenvolvida por entidade privada reconhecidamente idônea, serão validadas, até o limite total de 20 (vinte) horas, mediante a apresentação de certificado ou documento similar, firmado pela autoridade competente ou representante legal da entidade, em que fique evidenciado o tipo de atividade desenvolvida, o período de sua prestação e o total de horas prestadas.

V - a participação em audiências públicas, regularmente convocadas pelo Poder Público para tratar de assuntos de alta relevância social, conferirá ao aluno o máximo de 20 (vinte) horas de atividade complementar, e será comprovada mediante a apresentação de certificados, certidões ou documentos similares, expedidos e firmados pela autoridade competente, em que fique evidenciado o período de participação e o total de horas correspondente;

VI – ao aluno que participar de audiências cíveis, trabalhistas e criminais, inclusive sessões do Tribunal do Júri e conciliações do Juizado Informal de Conciliação, é assegurada a validação de horas de atividade complementar, conforme especificado a seguir:

a) não serão consideradas as horas como de atividade complementar, quando o aluno as houver aproveitado como horas de estágio, nos termos do Regulamento do Estágio da FADIVALE;

b) as horas cumpridas em audiências, observados os limites anotados na alínea “c” deste inciso, serão computadas pelo tempo real e só serão validadas mediante a apresentação de relatório firmado pelo juiz que a houver presidido, em que sejam descritos, pelo menos, os seguintes dados:

1. tipo de ação;
2. número do processo;
3. partes;
4. vara em que tramita;
5. juiz que preside a audiência;
6. relato dos fatos ocorridos no curso da audiência;
7. horário do seu início e do seu término.

c) a validação das horas cumpridas nas atividades descritas neste inciso ficam limitadas a 4 (quatro) horas por audiência, inclusive sessão do Tribunal do Júri, e a 50 (cinquenta) horas no cômputo total.

d) o aluno, ao pretender a validação, como de atividade complementar, das horas cumpridas em audiências, declarará que não as aproveitou nem requererá seu aproveitamento como horas de estágio, sujeitando-se, pela declaração firmada, ao regime disciplinar do corpo discente, nos termos do Regimento da FADIVALE;

VII – a participação do aluno em sessões de instâncias recursais internas, juntas administrativas, comissões de licitação e outros órgãos colegiados administrativos congêneres, lhe conferirá a validação do tempo real cumprido em tais sessões, até o limite de 2 (duas) horas por sessão e observado o limite global de 30 (trinta) horas de atividade complementar, mediante a apresentação de relatório visado pelo Presidente do órgão supra mencionado, em que se evidencie, pelo menos, o total de horas cumpridas por sessão e relato das atividades nela desempenhadas.

Art. 2º. O desempenho de atividades de monitoria, desde que prestadas consoante os termos do Regulamento que trata da matéria, conferirá ao aluno-monitor o aproveitamento de no máximo 50 (cinquenta) horas de atividade complementar, cabendo-lhe apresentar relatório visado pelo professor-orientador, em que se relatem as atividades desenvolvidas, a quantidade de horas em que se deram e a afirmação de que foram atendidas as exigências do Regulamento retro mencionado.

Art. 3º. A participação do aluno em projetos e programas de pesquisa desenvolvidos pela FADIVALE, sob a coordenação do Núcleo de Capacitação Científica (NCC), assegurará ao aluno o cômputo do tempo real de atividades desenvolvidas, atestado pelo referido Núcleo, até o limite de total de 50 (cinquenta) horas.

Art. 4º. A participação do aluno em atividade de representação estudantil, notadamente na diretoria do Diretório Acadêmico Alberto Deodato, assegurará a validação e registro de no máximo 30 (trinta) horas de atividade complementar.

Parágrafo único. A validação e registro de que tratam o “caput” ficam condicionados à apresentação de declaração firmada pelo presidente da entidade a que

estiver vinculado, por mandato, o aluno, em que se evidencie a efetiva atuação do discente e se descrevam as atividades por ele desempenhadas.

Art. 5º. Ao aluno que participar de curso de idioma instrumental, desde que com ênfase na área jurídica, será assegurado, sob a condição de que comprove a conclusão do curso mediante a apresentação de certificado ou documento congêneres e idôneo, o cômputo de no máximo 20 (vinte) horas de atividade complementar.

Art. 6º. Ao aluno que atuar como assistente em defesa monográfica, exclusivamente na área do Direito, será concedido o aproveitamento do tempo real de atuação, atestado pela Instituição em que se der a defesa, observados os seguintes limites por assistência:

- I – trabalho monográfico de conclusão de curso 1(uma) hora
- II – dissertação de mestrado 3 (três) horas
- III – tese de doutorado 4 (quatro) horas

Parágrafo único. Não serão validadas, em favor do aluno, mais do que três assistências de que houver participado.

Art. 7º. A publicação de trabalho científico conferirá ao aluno, autor ou co-autor do mesmo, o cômputo de 20 (vinte) horas de atividade complementar por trabalho publicado.

Parágrafo único. Considera-se trabalho científico, para os efeitos deste artigo, aquele que, atendendo à normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), for veiculado em publicação que, contando com Conselho Editorial e Conselho Científico, houver obtido o ISBN ou ISSN, ou de caráter reconhecidamente científico, a critério da FADIVALE.

Art. 8º. Serão computadas as horas de atividade complementar, nos termos dos artigos antecedentes, que o aluno houver cumprido a partir de sua matrícula na FADIVALE.

Art. 9º. Os alunos ingressantes por transferência só terão aproveitadas, quanto ao período anterior a tal ingresso, as horas de atividade complementar que constarem do histórico escolar expedido pela Faculdade de origem.

Art. 10. Ficam estabelecidos os seguintes períodos para a recepção, pela Coordenação de Extensão, dos documentos comprobatórios de participação em atividades complementares:

I – do início do primeiro semestre letivo até 30 de junho;

II – do início do segundo semestre letivo até 30 de novembro.

Parágrafo único. Os interregnos de que trata este artigo destinam-se à aferição das horas de atividade complementar para a emissão do respectivo relatório parcial ou total ao final de cada semestre, não perdendo o direito ao cômputo das horas o aluno que, dentro do semestre em que tenham ocorrido, deixar de apresentar a documentação exigida, devendo, contudo, apresentá-la no interregno subsequente.

Art. 11. Aos alunos da FADIVALE que tiveram a sua matrícula reativada em 2003 conceder-se-á o mesmo bônus concedido aos alunos que concluíram o curso em 2002.

Art. 12. Os casos não contemplados neste Anexo serão resolvidos em deliberação conjunta da Coordenação de Curso e Coordenação de Extensão.

Art. 13. Entra o presente Anexo em vigor na data de sua aprovação.

Governador Valadares, 15 de abril de 2003.

AMARILDO LOURENÇO COSTA
Coordenador de Curso

NADJA DE CARVALHO GOMES
Coordenadora de Extensão